

"Espero que este seja o primeiro de vários upgrades."

Francisco Gros, presidente do BNDES, comentando o impacto da melhora do rating brasileiro anunciado pela agência Moody's, ontem, em São Paulo

A informalidade dos pobres brasileiros



MARCELO
CÔRTE
NERI

O problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego ou à quantidade de trabalho disponível, mas está intimamente ligado à qualidade dos postos de trabalho. Apresentamos como medida inicial da precariedade, a informalidade, entendida como a soma dos autônomos, dos empregados sem carteira e dos não-remunerados.

Nenhum segmento contribui mais para a pobreza brasileira do que o setor informal. Cerca de 51,3% dos pobres brasileiros estão em famílias chefiadas por informais. Os chefes desempregados contribuem em 5,4% para a pobreza brasileira. O grande depositário de pobres brasileiros não é o desemprego, mas a informalidade. Pessoas que têm trabalho, trabalham, mas não ganham o suficiente para sustentar as suas famílias.

Como disse, certa vez, o meu colega do Valor, Francisco Ferreira: "O problema da pobreza não está tanto no operário que foi demitido da fábrica, mas mais no bóia-fria ou no ambulante que vende chiclete no sinal".

A informalidade é mais freqüente e crônica que o desemprego. Do ponto de vista individual, o desemprego é uma crise passageira. O aviso-prévio, o FGTS e o seguro-desemprego amenizam os efeitos de curto-prazo da perda de emprego formal. Não existe "seguro-informalidade" ou nada parecido. A informalidade constitui o "colchão" que alivia choques trabalhistas adversos naqueles que não podem se dar ao luxo de ficar buscando uma ocupação melhor.

No longo prazo, o trabalhador informal é mais descoberto de programas de Previdência Social do que o formal. A própria estrutura de custos e benefícios associados, legislação trabalhista e previdenciária levam a informalidade como modalidade de evasão fiscal. Essa informalidade voluntária deve ser combatida com a incorporação de incentivos "corretos" na legislação. As sempre reve-

ladoras pesquisas do Ipea apontam que boa parte das transferências governamentais ligadas ao exercício prévio de trabalho formal como o seguro-desemprego destinam-se àqueles que exercem simultaneamente ocupações informais.

Na minha opinião, o problema com o seguro-desemprego não é tanto o de focalização, no sentido de privilegiar os não-pobres, mas de desenho dos incentivos implícitos no programa que não conseguem impedir o recebimento cumulativo com outro trabalho. Afinal, como o próprio nome diz, o seguro-desemprego é um seguro. Ou seja, um mecanismo que deveria transferir recursos de um mesmo indivíduo entre diferentes estados da natureza e não um mecanismo de redistribuição de renda entre indivíduos. A palavra desemprego deveria implicar condicionar o acesso ao seguro à falta involuntária de emprego.

Se queremos entender minimamente o problema da informalidade, a sua diversidade tem de ser endereçada. Nesse sentido, a agregação do heterogêneo grupo de trabalhadores por conta própria, lado a lado, com os empregados

sem-carteira e os sem-pagamento, talvez esconda mais do que revele.

Os contas-próprias são aqueles que não têm simultaneamente nem patrão, nem empregados, de acordo com a definição usual dada pelas pesquisas domiciliares do IBGE. De acordo com a natureza das relações trabalhistas, os contas-próprias ou os sem-patrão/sem-empre-

"O problema da pobreza não está tanto no operário que foi demitido da fábrica, mas mais no bóia-fria ou no ambulante que vende chiclete no sinal"

gado seriam os "primos pobres" dos empregadores, enquanto os empregados sem carteira e os sem-pagamento seriam os "primos pobres" dos empregados com carteira. A principal relação de parentesco que une os trabalhadores autônomos, os empregados sem carteira e os não-remunerados seria a associação à pobreza.

Agora, muitas vezes queremos ter

uma visão sintética da situação social-trabalhista. Nesse aspecto, em vez de trabalharmos com o conceito de informalidade ou combiná-lo com a definição internacionalmente aceita de desemprego numa única medida, talvez seja melhor utilizar medidas de bem-estar social baseadas em renda domiciliar per capita do trabalho. Isto é, a soma das rendas do trabalho de todos os membros da família dividida pelo número de membros. Esse conceito resume uma série de fatores operantes sobre o trabalho dos familiares, como níveis de ocupação e de rendimento, de maneira formal ou informal. Além de síntese, essa estatística pode ser calculada com as pesquisas utilizadas para auferir mer salmente as taxas de desemprego. Outra vantagem é constituir um estágio para o cálculo de medidas mais amplas de bem-estar social, de desigualdade e de pobreza.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FCV-Rio, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br